

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000013/2022

LICITAÇÃO Nº. **00006/2022**

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

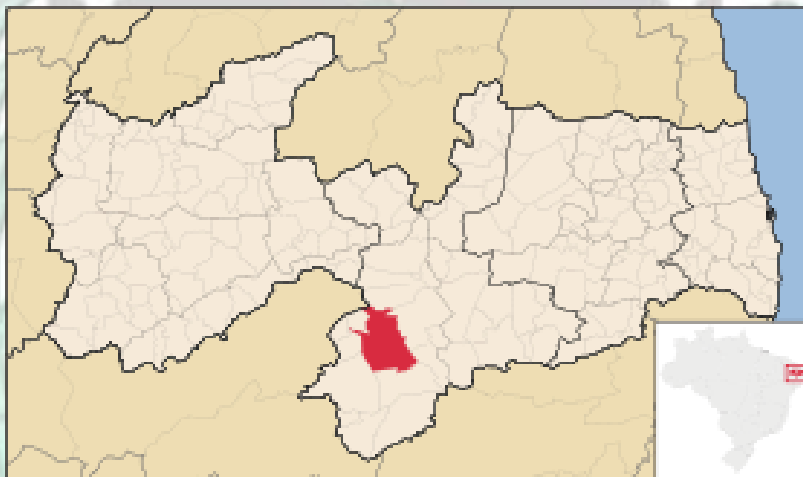
TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

AVENIDA SÃO JOSÉ, 56 - CENTRO - CAMALAU - PB.

CEP: 58530-000 - Tel: (83) 3302-1013 / 3302-1034 / 3302-1008



História

Município no estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião do Cariri Ocidental. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2011 sua população era estimada em 7.000 habitantes. Área territorial de 603 km<sup>2</sup>.

**História**

A fundação do povoado deu-se em 21 de junho de 1895 quando, oficialmente, Domingos Ferreira Brito e sua mulher Rosa Maria da Conceição doou mais de dezesseis hectares de terra à Igreja Católica para a formação do Patrimônio de São José, mediante a solicitação de José Cardoso da Silva, que passou a ser considerado o fundador da cidade. A data de instalação do município ocorreu no dia 19 de março de 1962, quando houve o desmembramento de

Camalaú do município de Monteiro, por força da Lei Estadual nº 2.617 de 12 de dezembro de 1961.

Camalaú é nome de origem indígena. Poderia ter sido o nome de chefe indígena ou de um grupo de aborígenes que habitava nas imediações da área onde a cidade está situada, assim como poderia ter sido, apenas, o nome da área em que residiam esses primitivos.[carece de fontes]

Segundo alguns estudiosos, inclusive Horácio de Almeida e Coriolano Medeiros, notáveis, pesquisadores e escritores paraibanos, Camalaú seria a corruptela do tempo "Cam/B/Ara/Ú" (Rio do Câmara, do tupi-guarani).

### **Localização**

**Camalaú localiza-se na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental. Limita-se com o estado de Pernambuco e os municípios de São João do Tigre (22 km), São Sebastião do Umbuzeiro (37 km), Monteiro (35 km), Sumé (26 km) e Congo (20 km). Está distante da Capital 331,7 km.**

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.073.271/0001-41, doravante denominado simplesmente ORC e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09h01min horas do dia 25 de fevereiro de 2021, por meio do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 00006/2022, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância ao **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e 147/2014, de 07 de agosto de 2014; Decreto Federal nº 5.450, de 31 de Maio de 2005; **Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018**, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, visando: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos básicos de forma parcelada, a fim de atender as demandas da secretaria municipal de saúde.**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

**DATA DA SESSÃO: 18/03/2022**

**HORÁRIO: 09h01min**

**LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

O Edital estará disponível gratuitamente na página eletrônica da Prefeitura Municipal de CAMALAU através do link: [www.camalau.pb.gov.br](http://www.camalau.pb.gov.br) e nos seguintes endereços eletrônicos; [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

O quantitativo constante da página do Pregão Eletrônico no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), é a mesma dos listados no anexo I do Edital. Cabe ressaltar que em caso de dúvida e/ou caso venha ter alguma divergência em função de transferência de dados do nosso sistema para o sistema portal de compras públicas, prevalecerá a quantidade e descrição constante no Anexo I do Edital

## 1. DO OBJETO.

### 1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos básicos, de forma parcelada, a fim de atender a demanda do município.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ACETATO DE HIDROCORTISONA 1% CREME DERMATOLÓGICO – Apresentado na forma de creme dermatológico 10 mg/g: embalagem contendo bisnaga de 20 g.	UNIDADE	30
2	ACETILCISTEÍNA 20 MG/ML – Apresentado na forma de suspensão oral, frasco com 100 ml.	FRASCO	30
3	ACICLOVIR 200 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	800
4	ACICLOVIR CREME DERMATOLÓGICO 50 MG/G – Apresentado na forma de Creme dermatológico de 50 mg/g em embalagem com 1 bisnaga de 10 g.	BISNAGA	20
5	ÁCIDO ASCORBICO 200MG/ML – Apresentado na forma de Solução oral/gotas – 200mg/mL – Embalagem contendo 1 frasco de 20 mL.	FRASCO	400
6	ÁCIDO ASCORBICO 500 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 500 mg	COMPRIMIDO	3000
7	ÁCIDO FÓLICO 5 MG – Apresentado na forma de Comprimido 5 mg	COMPRIMIDO	8000
8	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% – Apresentado em embalagem com seringa de 2,5ml	BISNAGA	20
9	ÁCIDO TIÓCTICO (ÁCIDO ALFA-LIPÓICO) 600 HR – Apresentação com 30 Comprimidos revestidos de 600 mg.	COMPRIMIDO	600
10	ALBENDAZOL 40 MG/ML– Apresentado na forma de suspensão oral 10 ml.	FRASCO	200
11	ALBENDAZOL 400 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500



12	ALENDRONATO DE SÓDIO 10 MG – Apresentação na forma 10 MG	COMPRIMIDO	150
13	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG – Apresentado na forma comprimidos de 70 MG	COMPRIMIDO	400
14	ALOPURINOL 100 MG – Apresentação na forma de Comprimido 100 mg.	COMPRIMIDO	300
15	AMIODARONA 200 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000
16	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 +125 MG.	COMPRIMIDO	300
17	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50+12,5 MG/ML Apresentado na forma de suspensão oral em embalagens com frascos de 70 mL ou 140 mL	FRASCO	30
18	AMOXICILINA 250MG/5ML – Apresentado na forma de Suspensão oral– frasco de 60 ml acompanhado de 1 copo dosador.	FRASCO	300
19	AMOXICILINA 500 MG – Apresentação na forma de Comprimido ou cápsula	UNIDADE	8000
20	AMPICILINA 500 MG – Apresentação na forma de cápsula de 500 MG	CÁPSULA	300
21	AMPICILINA SUSPENSÃO 250MG/5ML – Apresentado na forma de Pó para suspensão. Embalagens com um frasco contendo 60mL ou 150mL (após reconstituição) + copo dosador.	FRASCO	30
22	ATENOLOL 100 MG – Apresentação na forma de Comprimido ou cápsula	COMPRIMIDO	1200
23	ATENOLOL 25 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000
24	ATENOLOL 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000
25	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG – Apresentação na forma de Comprimido	UNIDADE	150
26	ATORVASTATINA CÁLCICA 20 MG – Apresentação na forma de Comprimido	UNIDADE	150
27	ATORVASTATINA CÁLCICA 40 MG – Apresentação na forma de Comprimido	UNIDADE	150
28	AZATIOPRINA 50 MG	COMPRIMIDO	600
29	AZITROMICINA 500 MG – Apresentação na forma de Comprimido 500 mg	COMPRIMIDO	5000
30	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 200 mg/5ml – Apresentado na forma de Pó para suspensão de 200 mg/5 mL em embalagem com: – 1 frasco de 600 mg contendo pó para preparar 15 mL de suspensão após reconstituição + frasco diluente de 9,2 mL + seringa dosadora.	FRASCO	300
31	BENFOTIAMINA 150 MG– Apresentação em caixa c/ 30 ou 60 comprimidos.	CAIXA	50
32	BESILATO DE ANLÓDIPINO 10 MG –Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000
33	BESILATO DE ANLÓDIPINO 5 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000
34	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG – Apresentação na forma de Comprimidos revestidos de 75 mg:	COMPRIMIDO	300
35	BROMETO DE TIOTRÓPIO MONOIDRATADO – Apresentação na forma de Solução nasal	FRASCO	10
36	BROMOPRIDA 4 MG/ML – Apresentado na forma de Solução gotas	FRASCO	200

	pediátricas 4 mg/mL. Embalagem contendo 1 frasco com 20 mL.		
37	BUDESONIDA 32 MCG USO NASAL – Apresentado na forma de Suspensão spray de 32 mcg/acionamento em embalagens com um frasco contendo 120 acionamentos	FRASCO	100
38	BUDESONIDA 50 MCG SUSP.USO NASAL – Apresentado na forma de Suspensão spray de 50 mcg/acionamento em embalagens com um frasco contendo 120 acionamentos	FRASCO	100
39	BUDESONIDA 64MCG AEROSSOL Apresentado na forma de fraco aerossol	FRASCO	20
40	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10 MG+250 MG – Apresentação na forma de Comprimido revestidos ou drágeas.	COMPRIMIDO	500
41	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA GOTAS frasco com 20 ml – Solução oral (gotas) contém 6,67 mg de butilbrometo de escopolamina e 333,4 mg de dipirona sódica.	FRASCO	200
42	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG – Apresentação na forma de Comprimido ou drágeas de 10 mg	COMPRIMIDO	300
43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG/ML – Solução oral (gotas) de 10mg/ml: frasco com 20 ml.	FRASCO	20
44	CAPTOPRIL 25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000
45	CARBIDOPA 25 MG + LEVODOPA 250 MG – Apresentação contendo 30 ou 50 comprimidos.	COMPRIMIDO	300
46	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT. D3) 1500+ 400UI – Apresentação contendo 30 comprimidos	COMPRIMIDO	300
47	CARVEDILOL 12,5 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000
48	CARVEDILOL 25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000
49	CARVEDILOL 3,125 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000
50	CARVEDILOL 6,25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	3000
51	CEFALEXINA 250/5 MG/ML – Apresentado na forma de comprimido/cápsula.	COMPRIMIDO	400
52	CEFALEXINA 500 MG – Apresentado na forma de comprimido/ cápsula.	COMPRIMIDO	10000
53	CETOCONAZOL 200 MG – Apresentação na forma de comprimido de 200 mg	COMPRIMIDO	300
54	CETOCONAZOL CREME 20 MG – creme dermatológico, embalagem com bisnaga de 30g.	TUBO	200
55	CETOCONAZOL SHAMPOO 20 MG/G –Apresentação de 20 mg/g: embalagem com 100 mL.	FRASCO	20
56	CIANOCOBALAMINA +CLORIDRATO DE PIRIDOXINA+NITRATO DE TIAMINA 5.000 MCG/100 MG/100 MG – Apresentação na forma de comprimidos revestidos – Embalagens com 20 drágeas contendo Vitamina B1 (nitrato de tiamina) de 100 mg + Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 100 mg +	UNIDADE	500

	Vitamina B12 (cianocobalamina) 5.000 mcg.		
57	CIANOCOBALAMINA/CLORIDRATO DE PIRIDOXINA/ NITRATO DE TIAMINA/DICLOFENACO SÓDICO 1000MCG/50 MG/50 MG/50 MG – Apresentado na forma de comprimidos revestidos. Caixa contendo 20 comprimidos	CAIXA	100
58	CILOSTAZOL 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	300
59	CIMETIDINA 200 MG – Apresentado na forma de comprimido de 200 mg	COMPRIMIDO	500
60	CINARIZINA 25 MG – Apresentadona forma de comprimido de 25 mg	COMPRIMIDO	2000
61	CINARIZINA 75 MG – Apresentado na forma de comprimido de 75 mg	COMPRIMIDO	2000
62	CIPROFLOXACINO 500 MG – Apresentação na forma de comprimido ou cápsula de 500 mg.	COMPRIMIDO	5000
63	CLARITROMICINA 50 MG/ML SOL. ORAL – Apresentado na forma de grânulos para suspensão oral 250 mg/5mL: frasco contendo 3,0g de claritromicina na forma de grânulos e frasco com 31 ml de diluente para 60 ml de suspensão, e seringa dosadora para administração oral	FRASCO	10
64	CLARITROMICINA 500 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 500 mg.	COMPRIMIDO	300
65	CLONIXINATO DE LISINA CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 125 MG + 5 MG – Apresentação na forma de caixa contendo 30 comprimidos	CAIXA	50
66	CLOPIDOGREL 75 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	300
67	CLORANFENICOL 250 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 250 mg.	COMPRIMIDO	300
68	CLORETO DE MAGNÉSIO 500 MG – Apresentado na forma Cápsula de 500 mg.	CÁPSULA	300
69	CLORETO DE POTÁSSIO 10%– Apresentado na forma de Solução. Injetável (10ML)	AMPOLA	200
70	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL ADULTO – Apresentação na forma de frasco com 30 MI	FRASCO	50
71	CLORIDRATO DE AMANTADINA100 MG .	COMPRIMIDO	600
72	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/100ML – Apresentado na forma de Xarope, frasco contendo 100 ml ou 120 ml	FRASCO	300
73	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/100ML – Apresentado na forma de Xarope, frasco contendo 100 ml ou 120 ml	FRASCO	300
74	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10 MG – Apresentação na forma de comprimidos revestidos.	COMPRIMIDO	300
75	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%– Apresentado na forma de geléia (30G)	TUBO	200
76	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%– Apresentado na forma de solução injetável (S/V 20MG)	AMPOLA	200



77	CLORIDRATO DE LOPERAMIDA 2 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 100 mg.	UNIDADE	200
78	CLORIDRATO DE METFORMINA 500mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000
79	CLORIDRATO DE METFORMINA 850mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000
80	CLORIDRATO DE METILDOPA 250 MG – Apresentado na forma de comprimido de 250 mg	COMPRIMIDO	6000
81	CLORIDRATO DE METILDOPA 500 MG – Apresentado na forma de comprimido de 500 mg	COMPRIMIDO	6000
82	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	150
83	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML. Apresentado na forma de sol. Oral.(10ML	FRASCO	50
84	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5mg/ml. Apresentado na forma de sol. Injetável (2ML)	AMPOLA	100
85	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG – Apresentado na forma de Comprimido de desintegração oral 4 mg.	COMPRIMIDO	200
86	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8 MG – Apresentado na forma de Comprimido de desintegração oral 8 mg.	COMPRIMIDO	200
87	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000
88	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML – Apresentado na forma de solução injetável. (2ML)	AMPOLA	1000
89	CLORIDRATO DE PROPANOLOL 40 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	7000
90	CLORIDRATO DE RANITIDINA 15/ML XAROPE – Apresentação na forma de Xarope 15 mg/mL– Embalagem contendo 1 frasco com 120 mL + copo dosador.	FRASCO	20
91	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500
92	CLORIDRATO DE RANITIDINA 25MG/ML– Apresentado na forma de Sol. Injetável.	AMPOLA	50
93	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 10 MG/G (1%) POMADA OFTÁLMICA – Apresentação na forma de pomada oftálmica 10mg/g – Embalagem contendo uma bisnaga de 3,5 g	UNIDADE	10
94	CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 300 mg	COMPRIMIDO	1000
95	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120 MG – Apresentação na forma de Comprimidos revestidos de 120 mg– Embalagens com 30 comprimidos	COMPRIMIDO	400

	revestidos.		
96	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG – Apresentação na forma de Comprimidos revestidos de 80 mg– Embalagens com 30 comprimidos revestidos	COMPRIMIDO	300
97	COLAGENASE 0,6UI/G – Apresentado na forma de pomada (30G)	BISNAGA	100
98	COLECALCIFEROL SOLUÇÃO GOTAS 3.300 UI/ML – Apresentado na forma de solução– gotas –Embalagens contendo 1 frasco com 10mL.	FRASCO	50
99	COLÍRIO LUBRIFICANTE	FRASCO	50
100	COMPLEXO MINERAL + ASSOCIAÇÕES – Complexo de Minerais apresentado na forma de drágeas, cápsulas ou comprimidos. Contendo as seguintes formulações: Fosfato Tricálcico, Magnésio Aminoácido Quelato, Vitamina C, Vitamina E, Vitamina B3, Vitamina B5, Zinco Aminoácido Quelato, Manganês Aminoácido Quelato, Vitamina B6, Vitamina B2, Vitamina B1, Cobre Aminoácido Quelato, Selênio Aminoácido Quelato, Vitamina D, lubrificante, Celulose Microcristalina, veículo Lactose, Pvp K30, lubrificante Talco, Estearato de Magnésio, estabilizante Dióxido de Silício Coloidal polímero de revestimentoOpadry, Dióxido de Titânio e Corante Laca de alumínio. Caixa com 30 comprimidos	CAIXA	20
101	COMPLEXO MINERAL + ASSOCIAÇÕES – Complexo de Minerais apresentado na forma de sachê, contendo as seguintes formulações: Fosfato Tricálcico, Magnésio Aminoácido Quelato, Vitamina C, Vitamina E, Vitamina B3, Vitamina B5, Zinco Aminoácido Quelato, Manganês Aminoácido Quelato, Vitamina B6, Vitamina B2, Vitamina B1, Cobre Aminoácido Quelato, Selênio Aminoácido Quelato, Vitamina D, lubrificante Celulose Microcristalina, veículo Lactose, Pvp K30, lubrificante Talco, Estearato de Magnésio, estabilizante Dióxido de Silício Coloidal polímero derevestimentoOpadry, Dióxido de Titânio e Corante Laca de alumínio. Caixa com 30 sachê	CAIXA	10
102	CUMARINA+ TROXERRUTINA 15 MG+ 90 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de liberação prolongada de 15 mg (cumarina) + 90 mg (troxerrutina). Embalagem com 10, 30 ou 60 unidades	COMPRIMIDO	300
103	DEXAMETASONA 4 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000
104	DEXAMETASONA CREME 1 MG/G – Apresentado na forma de creme. 10 g	TUBO	1500
105	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 G/ ML– Apresentado na forma de elixir 120 ml.	FRASCO	300
106	DICLOFENACO POTÁSSIO 50 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 50 mg	COMPRIMIDO	1000
107	DICLOFENACO SÓDICO INJETÁVEL 25 MG/ ML. Apresentado na forma de ampola.(3ML)	AMPOLA	1000
108	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 16 mg– Embalagens com 30 ou 60 comprimidos	COMPRIMIDO	600
109	DIGOXINA 0,25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000
110	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 +10 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 50 mg (dimenidrinato) + 10 mg (cloridrato de	CAIXA	20



	piridoxina). Embalagem com 4 ou 30 unidades.		
111	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA SOL ORAL FR 20ML – Apresentado na forma de Solução oral (gotas) de 25 mg/ml (dimenidrinato) + 5 mg (cloridrato de piridoxina). Frasco com autogotejador de 20 ml ou 30 ml.	FRASCO	30
112	DIMETICONA 75MG/ML– Apresentado na forma de Suspensão oral gotas (10ML)	FRASCO	500
113	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5 MG SUBLINGUAL – Apresentado na forma de Comprimido de uso sublingual de 5 mg.	COMPRIMIDO	300
114	DIOSMINA+ HESPERIDINA 900 MG/ 100 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos–Embalagem com 10, 30 ou 60 comprimidos.	COMPRIMIDO	1000
115	DIPIRONA SÓDICA 500 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	16000
116	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML – Apresentado na forma de solução injetável. (2ML)	AMPOLA	7000
117	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML– apresentado na forma de sol. oral gotas 10 ml.	FRASCO	1000
118	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG/DOSE FUMARATO DE FORMETEROL 6 MCG/DOSE – Solução Aerossol– uso inalatório	UNIDADE	30
119	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE CÁPSULA PARA INALAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de Solução pressurizada para inalação (aerossol).	UNIDADE	10
120	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL – Apresentado na forma de Suspensão para nebulização. Embalagens com 10 flaconetes contendo 2mL cada.	UNIDADE	10
121	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de solução pressurizada para inalação (aerossol) dosimetrada contendo 200 doses, acompanhada de dispositivo bucal para inalação oral. Cada dose contém 250 mcg de dipropionato de beclometasona.	UNIDADE	20
122	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de aerossol dosimetrado contendo 200 doses (jatos), acompanhado de bucal (dispositivo para inalação oral em forma de L).	UNIDADE	20
123	ESPIRONOLACTONA 100 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500
124	ESPIRONOLACTONA 25 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	5000
125	ESPIRONOLACTONA 50 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000
126	ESTOLATO DE ERITROMICINA 500 MG – Apresentado na forma de comprimidos de 500 mg	COMPRIMIDO	150
127	ESTOLATO DE ERITROMICINA SUSPENSÃO ORAL – Apresentado na forma de Suspensão oral na concentração de 125 mg/5 ml em frasco de 100 ml + copo–medida de 10 ml.	FRASCO	30

128	ESTRIOL 1MG/G – CREME VAGINAL – Apresentado na forma de Creme vaginal 1 mg/g: embalagem contendo bisnaga de 50 g + 10 aplicadores.	BISNAGA	250
129	ETINILESTRADIOL+LEVONORGESTREL 0,03MG+0,15 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido – (0,15 mg + 0,03 mg) – Embalagem contendo 1 blister com 21 comprimidos	BLISTER	3000
130	FILTRUM®ULTRA SECO–PROTETOR SOLAR – Apresentado na forma de protetor solar FPS 30 ultra seco, proteção solar uva/uvb. embalagem secundária: cartucho de cartolina	FRASCO	50
131	FLUCONAZOL 150MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000
132	FOSFATO DE SITAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA – Apresentação na forma de comprimidos 50/500 MG – Apresentação na forma de comprimidos 50/1.000 MG Apresentação na forma de comprimidos 100/1.000 MG. Caixa com 56 comprimades.	CAIXA	30
133	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 1 MG/ML SOL.ORAL Apresentado na forma de Solução oral de 1 mg/mL, frasco com 100 mL + seringa dosadora.	UNIDADE	80
134	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL – Apresentado na forma de Solução oral de 3mg/mL, frasco com 60 mL + seringa dosadora.	UNIDADE	350
135	FUROSEMIDA 40 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000
136	GLIBENCLAMIDA 5 MG – Apresentado na forma de comprimidos de 5 mg	COMPRIMIDO	10000
137	GLICLAZIDA 30 MG – Apresentado na forma Comprimidos de liberação prolongada, contendo 30 mg de gliclazida	COMPRIMIDO	500
138	GLICLAZIDA 60 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de liberação prolongada, contendo 60 mg de gliclazida	COMPRIMIDO	500
139	GUACO AD. (MIKANIA GLOMERATA) XAROPE 117,6 MGML – Apresentado na forma de xarope– Embalagem com 120 ml	FRASCO	100
140	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	14000
141	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500
142	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ ML – Apresentado na forma de suspensão oral, cadafrasco contendo 100 ml.	FRASCO	200
143	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG/ML– Apresentado na forma de suspensão oral 100ml	FRASCO	100
144	IBUPROFENO 300 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500
145	IBUPROFENO 50 MG/ML– Apresentado na forma de solução oral. 20 ml (30ML)	FRASCO	600
146	IBUPROFENO 600 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000
147	IVERMECTINA 6 MG – Apresentado na forma de comprimido de 6 mg.	COMPRIMIDO	1500
148	Lactulose Xarope 667 mg/ ml. Apresentado na forma de (120ML)	FRASCO	20

149	LEITE INFANTRINI, 400 G	UNIDADE	50
150	LEITE PREGOMIN, 400 G – Fórmula extensamente hidrolisada (Pregomin) – Fórmula infantil para lactentes destinados as necessidades dietoterápicas específica com proteína extensamente hidrolisada e com restrição de lactose .	UNIDADE	12
151	LEITE FÓRMULA INFANTIL NESTOGENO 2 800g	LATA	30
152	LEITE APTAMIL – PRO EXPERT SL – 800 G	LATA	40
153	LEVETIRACETAM 250 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	600
154	LEVODOPA +BENSERAZIDA BD 100+25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 100 mg de Levodopa + 25mg de benserazida	COMPRIMIDO	2000
155	LEVODOPA +BENSERAZIDA DR 100+25 MG – Apresentado na forma de comprimidos de liberação modificada (liberação dupla) de 125 mg.	COMPRIMIDO	900
156	LEVODOPA +BENSERAZIDA HBS 100+25 MG – Apresentado na forma de cápsulas de liberação prolongada de 100 mg de Levodopa + 25mg de benserazida	CÁPSULA	900
157	LEVODOPA +BENSERAZIDA 100+25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos dispersíveis de 100 mg de Levodopa + 25mg de benserazida	COMPRIMIDO	2000
158	LEVODOPA +BENSERAZINA 200+50 MG – Apresentado na forma de comprimidos.	COMPRIMIDO	2000
159	LEVODOPA +BENSERAZINA BD 200+50 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 200 mg de Levodopa + 50mg de benserazida	COMPRIMIDO	2000
160	LEVODOPA +BENSERAZINA DR 200+50 MG – Apresentado na forma de comprimidos de liberação modificada (liberação dupla) de 200 mg de Levodopa + 50mg de benserazida	COMPRIMIDO	3000
161	LEVODOPA +BENSERAZINA HBS 200+50 MG – Apresentado na forma de cápsulas de liberação prolongada de 200 mg de Levodopa + 50mg de benserazida– Embalagem com 30 cápsulas.	CÁPSULA	2000
162	LEVONORGESTREL + ETILNILESTRADIOL 0,15 MG + 0,03 MG–Apresentação na forma de comprimidos Comprimido 0,15 mg + 0,03 mg	UNIDADE	3000
163	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000
164	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG – Apresentado na forma de Comprimidos contendo 25 mcg de levotiroxina sódica	COMPRIMIDO	500
165	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000
166	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000
167	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG – Apresentado na forma de Comprimidos contendo 88 mcg de levotiroxina sódica	COMPRIMIDO	2000
168	LORATADINA 10mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	3000
169	LORATADINA 1MG/ML– Apresentado na forma de Solução oral. 100 ml	FRASCO	50



170	LOSARTANA DE POTASSICA 100 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos contendo 100 mg de losartana + 25 mg de hidroclorotiazida.	COMPRIMIDO	600
171	LOSARTANA DE POTASSICA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos contendo 50 mg de losartana + 12,5 mg de hidroclorotiazida.	COMPRIMIDO	5000
172	LOSARTANA POTASSICA 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	20000
173	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA XAROPE 2 0,4 MG/ML + 0,05 MG/ML – Apresentado na forma xarope–Embalagem contendo 1 frasco de 100 mL ou 120 mL + copo medida	FRASCO	20
174	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML– Apresentado na forma frasco de 100 ml. (4MG)	FRASCO	800
175	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	600
176	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000
177	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000
178	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG – Apresentado na forma de comprimidos de 5 mg.	COMPRIMIDO	1000
179	MEBENDAZOL 100 MG – Apresentado na forma de comprimido de 100 mg–	COMPRIMIDO	600
180	MEBENDAZOL 20 MG/ML – Apresentado na forma de Suspensão oral de 20 mg/mL– frasco com 30 mL + copo–medida.	FRASCO	50
181	MELOXICAM 7,5 MG – Apresentado na forma de comprimido de 7,5 mg– Embalagem com 10 comprimidos.	COMPRIMIDO	1000
182	MESALAZINA 500 mg	SUPOSITÓRI	300
183	MESALAZINA 800 mg	COMPRIMIDO	500
184	METOTREXATO 2,5 MG – Apresentado na forma de comprimido de 2,5 mg	COMPRIMIDO	600
185	METRONIDAZOL 100MG/G. Apresentado na forma de gel vaginal c/10 aplicadores	TUBO	600
186	METRONIDAZOL 250MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000
187	METRONIDAZOL 400 MG – Apresentado na forma de comprimido de 400 mg	COMPRIMIDO	2000
188	METRONIDAZOL 500 MG – Apresentado na forma de comprimido de 500 mg	COMPRIMIDO	2000
189	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	200
190	MUPIROCINA 20MG/G. Apresentado na forma de creme (15G)	BISNAGA	20
191	NAPROXENO+ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRI–HIDRATADO 500 MG/20 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 500 mg de	CAIXA	20

	naproxeno e 20 mg de esomeprazol magnésico trihidratado em embalagens com 20 comprimidos acompanhados de dois sachês com dessecante (sílica gel).		
192	NIFEDIPINO 10 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	12000
193	NIFEDIPINO 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000
194	NIMESULIDA 100 MG – Apresentado na forma de comprimido de 100 mg	COMPRIMIDO	600
195	NIMESULIDA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 15ML – Apresentado na forma de Suspensão oral de 50 mg/mL: frasco contendo 15 mL.	FRASCO	20
196	NIMESULIDA–BETACICLODEXTRINA 400 MG – Apresentado na forma de comprimido contendo 400 mg de nimesulida– betaciclodextrina (correspondente a 100 mg de nimesulida)	COMPRIMIDO	200
197	NISTATINA 100.000UI/M– Apresentado na forma de suspensão oral. (50ML)	FRASCO	100
198	NISTATINA 25.000UI/g – Apresentado na forma de Creme Vaginal (60G)	COMPRIMIDO	500
199	NITRATO DE MICONAZOL 2% – CREME VAGINAL – Apresentado na forma de Creme vaginal de 20mg/g: Embalagem contendo 1 bisnaga de 80g, acompanhada de 14 aplicadores.	UNIDADE	500
200	NITRATO DE MICONAZOL 2% – GEL ORAL – Apresentado na forma de Gel oral de 20 mg/g de miconazol em bisnaga com 40 g.	UNIDADE	50
201	NITRATO DE MICONAZOL 2% CREME DERMATOLÓGICO – Apresentado na forma de creme dermatológico de 20mg/g – Cartucho contendo 01 bisnaga de 28g	UNIDADE	100
202	NITROFURANTOÍNA 100 MG – Apresentado na forma de cápsulas de 100 mg.	CÁPSULA	300
203	NORETISTERONA 0,35 MG – Apresentado na forma de comprimido 0,35 mg – Caixa com 35 comprimidos.	COMPRIMIDO	300
204	NORFLOXACINO 400 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000
205	ÓLEO MINERAL– APRESENTADO NA FORMA DE ÓLEO. 100 ML	FRASCO	50
206	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BEZILATO DE ANLODIPINO 20MG/5MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 20mg/5mg.	COMPRIMIDO	300
207	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BEZILATO DE ANLODIPINO 40MG/10MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 40mg/10mg.	COMPRIMIDO	300
208	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BEZILATO DE ANLODIPINO, 40MG/5MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 40mg/5mg.	COMPRIMIDO	300
209	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG – Apresentado na forma de comprimidos revestidos de 20 mg.	COMPRIMIDO	300
210	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG – Apresentado na forma de comprimidos revestidos de 40 mg	COMPRIMIDO	300

211	ÔMEGA 3 Óleo de Peixe Apresentado na forma de cápsulas gelatinosas – Embalagem com 30, 60 ou 90 cápsulas	CAIXA	10
212	OMEPRAZOL 20 MG – Apresentado na forma de cápsula.	COMPRIMIDO	22000
213	OMEPRAZOL 40 MG – Apresentado na forma de cápsula.	COMPRIMIDO	600
214	PANTOPRAZOL SÓDICO 20 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 20 mg.	COMPRIMIDO	600
215	PANTOPRAZOL SÓDICO 40 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 40 mg.	CAIXA	20
216	PARACETAM 750MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000
217	PARACETAMOL 500MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	8000
218	PARACETAMOL SOL. ORAL GTS 200 MG/ML – Apresentado na forma de Solução oral em frasco com 15 mL, contendo 200 mg/mL de paracetamol	FRASCO	500
219	PERICIAZINA 4% FRASCO COM 20 ML– Apresentado na forma de Solução oral 4%,frasco com 20 mL. Uso adulto	FRASCO	30
220	PERICIAZINA1% FRASCO COM 20 ML – Apresentado na forma de Solução oral 1%: frasco com 20 mL. Uso pediátrico.	FRASCO	30
221	PIVALATO DE FLUOCORTOLONA1 MG/G DE + 20 MG/G DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA) CREME DE USO RETAL – Apresentado na forma de Cartucho contendo 1 bisnaga de alumínio com 30 g de creme retal mais cânula.	BISNAGA	10
222	PREDNISONA 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000
223	PREDNISONA 5 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000
224	RAMIPRIL 10 MG – Apresentado na forma de comprimido revestido de 10 mg –	COMPRIMIDO	3000
225	RAMIPRIL 2,5 MG – Apresentado na forma de comprimido revestido de 2,5 mg – – Caixa contendo 30 comprimidos.	COMPRIMIDO	600
226	RAMIPRIL 5 MG – Apresentado na forma de comprimido revestido de 5 mg.	COMPRIMIDO	3000
227	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de Pó Composto por: Cloreto de Sódio 3,5g+Glicose 20g + Citrato de Sódio 2,9g + Cloreto de Potássio 1,5g, para 1.000ml de sol. pronta.	SACHÊ	800
228	SALICILATO DE METILA + CÂNFORA + MENTOL + TEREINTINA (0,0333mL/mL + 0,0333g/mL + 0,0083g/mL + 0,0833mL/mL) SOLUÇÃO SPRAY – Apresentado na forma de solução aerossol: Frasco contendo 60mL.	FRASCO	50
229	SECNIDAZOL 1000 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 1000 mg	COMPRIMIDO	750
230	SINVASTATINA 10 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos–	COMPRIMIDO	9000
231	SINVASTATINA 20MG– Apresentado na forma de comprimido	COMPRIMIDO	13000



232	SINVASTATINA 40MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	13000
233	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de liberação controlada	COMPRIMIDO	1000
234	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de liberação controlada	COMPRIMIDO	1000
235	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de liberação controlada	COMPRIMIDO	1000
236	SULFADIAZINA DE PRATA 1% Apresentado na forma de creme. (30G)	BISNAGA	100
237	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA – 800+ 160 MG/ – Apresentado na forma de Comprimidos de 800 mg + 160 mg	COMPRIMIDO	1000
238	SULFAMETOXAZOL +TRIMET. SUP. ORAL 40/8MG/ML – Apresentado na forma de suspensão oral de sulfametoxazol + trimetoprima suspensão (5mL) de 200 mg + 40 mg –embalagem de 100mL.	COMPRIMIDO	300
239	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	5000
240	SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/ML COLÍRIO – Apresentado na forma de Solução Oftálmica Estéril Frasco plástico conta-gotas contendo 5 ml de solução oftálmica estéril de sulfato de gentamicina (5 mg/ml).	UNIDADE	20
241	SULFATO DE NEOMICINA 5MG + BACITRACINA ZÍNCICA 250 UI– Apresentado na forma de pomada 15 g.	BISNAGA	4500
242	SULFATO DE SALBUTAMOL 100 MCG AEROSOL ORAL – Apresentado na forma de spray aerossol, contendo 100 mcg de salbutamol.	FRASCO	150
243	SULFATO DE SALBUTAMOL XAROPE 0,4 MG/ML – Apresentado na forma de Xarope de 0,4mg/mL–Embalagem contendo 1 frasco com 120mL + copo dosador.	FRASCO	50
244	SULFATO DE ZINCO HEPTAHIDRATADO – Apresentado na forma de Solução de 17,60 mg/ml.	FRASCO	30
245	SULFATO FERROSO 25MG/ML– Apresentado na forma de Sol. Oral Gotas. (30ML)	FRASCO	200
246	SULFATO FERROSO 25MG/ML XAROPE – Apresentado na forma de Xarope (25 mg/mL)– Embalagem contendo 1 frasco com 100 mL..	FRASCO	100
247	SULFATO FERROSO 40MG–Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000
248	SUPLEMENTO VITAMINICO MINERAL – Caixa contendo 60 comprimidos	CAIXA	20
249	TAMOXIFENO 20 MG–Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 20 mg.	UNIDADE	600
250	TECLOZANA 500 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 500 mg	CAIXA	20
251	TIAMAZOL10 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 10 mg	COMPRIMIDO	600
252	TROMETAMOL CETOROLACO 10 MG – Apresentado na forma de	COMPRIMIDO	600

	Comprimido sublingual de 10 mg		
253	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/1000 MG	COMPRIMIDO	3000
254	VITAMINAS DO COMPLEXO B COMPRIMIDO – Apresentado na forma de comprimido contendo: Cianocobalamina 1,5mcg + pantotenato de cálcio 1,5mg + fosfato sódico de riboflavina 1mg + cloridrato de tiamina 3mg + nicotinamida 2,5mg + cloridrato de piridoxina 1 mg.	COMPRIMIDO	2000

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3. O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar **Sistema de Registro de Preços** para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo III e nas condições previstas neste instrumento.

1.5. Os preços registrados terão a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do extrato da respectiva Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, e a execução do objeto ora licitado será de acordo com as necessidades do ORC no referido período.

1.6. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário do item, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justificam-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – Registro de preços para futura e eventual aquisição de filtros óleos e lubrificantes, a fim de atender as demandas do município. – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação:

**Registro de preços prescinde de dotação orçamentária, conforme Art, 7º, § 2º do Decreto Nº 7.892/2013:**

[...]

**§ 2.º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil**



### 3. DO CREDENCIAMENTO.

[...] Com fulcro no **art. 9º, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

**Art. 9º A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.**

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA. **O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e suas alterações posteriores.

#### **4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:**

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;



4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.3. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.1.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.1.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.1.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2. Nos es propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.



- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,1 (um centavo)**.
- 7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.
- 7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.30.1. Produzidos no país;

7.30.2. Produzidos por empresas brasileiras;

7.30.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceite pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

8.6.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.1.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.1.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.1.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.1.3.1. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.1.4. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo **de cinco (5) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.



8.6.2. Licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.6.5.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.6.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.6.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO.**

9.1. Documentação obrigatória para habilitação, com fulcro **no Art. 40, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

**Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:**

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.2. Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

9.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



9.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.9.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.11.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.11.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS), sob pena de inabilitação.

9.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.15.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.15.2. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## 9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

(...) É impossível dispensar o particular de comprovar os requisitos de habilitação jurídica. O tema não tem pertinência com a disciplina da licitação propriamente dita. Sob o título “habilitação jurídica”, indicam-se os pressupostos jurídicos indispensáveis à validade da contratação. Logo, sequer se trata de examinar se o sujeito é suficientemente “idôneo” para executar o objeto licitado. Trata-se de apurar se o sujeito pode praticar os chamados “atos da vida civil”

- 9.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**A exigência de regularidade fiscal representa forma indireta de reprovar a infração às leis fiscais.**

[...] Ademais, a contratação, pelo Poder Público, de empresa em situação de irregularidade fiscal representa violação ao princípio da moralidade administrativa, pois haverá a concessão de benefício àquele que descumpre preceitos legais. Observa-se, ainda, que a condição de regularidade fiscal deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento efetuado. Nota-se, assim, que a exigência em questão alcança não só o procedimento licitatório, mas a contratação em si. Caso a Administração exigisse a regularidade fiscal somente dos contratados mediante procedimento licitatório, estaria conferindo tratamento



**mais favorável àqueles que foram contratados sem licitação. Por conseguinte, haveria flagrante violação do princípio constitucional da igualdade.**

- 9.3.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 9.3.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 9.3.7. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 Decreto 8.538/2015.

**Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 147/2014, Decreto 8.538/2015.**

#### **9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

**A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Excetuadas as hipóteses de pagamento antecipado, incumbirá ao contratado executar com recursos próprios o objeto de sua prestação. Somente perceberá pagamento, de regra, após recebida e aprovada a prestação pela Administração Pública. O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio**



das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento das obrigações advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade da execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as consequências de eventual inadimplemento

9.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão

## 9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

[...] A expressão “qualificação técnica” tem grande amplitude de significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão. Na ordenação procedimental tradicional, essa qualificação técnica deverá ser investigada em fase anterior ao exame das propostas e não se pode nem sequer admitir a formulação de propostas por parte de quem não dispuser de condições técnicas de executar a prestação.

9.5.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

[...] Quando falamos em atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público, não há o que falar na obrigatoriedade de que o mesmo possua firma reconhecida, uma vez que os documentos emitidos por servidor público têm fé pública conforme estabelece nossa carta magna, vejamos:

**Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

[..] omissis

### II – recusar fé aos documentos públicos

9.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.6.1.1 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa com fulcro no § 1<sup>a</sup>, art. 43, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.



9.6.1.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regulariza.

9.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**[...] Com fulcro no § 2º, ART. 38, DO DECRETO FEDERAL 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, conforme segue:**

[...] omissis

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

**10.1. A proposta adequada ao último lance ofertado do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação e deverá:**

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



10.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.1.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS.**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

#### **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

[...] omissis

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou **se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado**, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO.**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;



20.1.2.não entregar a documentação exigida no edital;

20.1.3.apresentar documentação falsa;

20.1.4.causar o atraso na execução do objeto;

20.1.5.não manter a proposta;

20.1.6.falhar na execução do contrato;

20.1.7.fraudar a execução do contrato;

20.1.8.comportar-se de modo inidôneo;

20.1.9.declarar informações falsas; e

20.1.10.cometer fraude fiscal.

20.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

20.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

Advertência por escrito;

20.3.1. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

20.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

20.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93 c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.5. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

#### **20.5.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

- c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## 21.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

**Consoante dispõe o art. 40, VIII, da Lei nº 8.666/1993, a Administração deverá estabelecer no edital os procedimentos para obtenção, por parte dos interessados, de esclarecimentos “relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto”.**

- 21.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**
- 21.2.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.2.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.2.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 21.2.4. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.2.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
- 21.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.3.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 21.3.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.3.3. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.3.4. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, com fulcro no **Art. 47, do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

**Art. 47.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**Parágrafo único.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU** - PB, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.13. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.13.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.13.3. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.camalau.pb.gov.br](http://www.camalau.pb.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala de Reuniões com a Equipe de Pregão, no Endereço RUA NOMINANDO FIRMO, 56 - CENTRO - CAMALAU - PB, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;**

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO**

Camalaú-PB, em 21 de fevereiro de 2022.

---

**ONÓFRE GALVÃO CORDEIRO FERREIRA LOPES**  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

---

**UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO**  
PREFEITO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETIVO.**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de medicamentos básicos para atender as demandas do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e demais secretarias.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ACETATO DE HIDROCORTISONA 1% CREME DERMATOLÓGICO – Apresentado na forma de creme dermatológico 10 mg/g: embalagem contendo bisnaga de 20 g.	UNIDADE	30	7,30	219,00
2	ACETILCISTEÍNA 20 MG/ML – Apresentado na forma de suspensão oral, frasco com 100 ml.	FRASCO	30	6,97	209,10
3	ACICLOVIR 200 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	800	0,23	184,00
4	ACICLOVIR CREME DERMATOLÓGICO 50 MG/G – Apresentado na forma de Creme dermatológico de 50 mg/g em embalagem com 1 bisnaga de 10 g.	BISNAGA	20	2,40	48,00
5	ÁCIDO ASCORBICO 200MG/ML – Apresentado na forma de Solução oral/gotas – 200mg/mL – Embalagem contendo 1 frasco de 20 mL.	FRASCO	400	1,39	556,00
6	ÁCIDO ASCORBICO 500 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 500 mg	COMPRIMIDO	3000	0,18	540,00
7	ÁCIDO FÓLICO 5 MG – Apresentado na forma de Comprimido 5 mg	COMPRIMIDO	8000	0,05	400,00
8	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% – Apresentado em embalagem com seringa de 2,5ml	BISNAGA	20	3,12	62,40
9	ÁCIDO TIÓCTICO (ÁCIDO ALFA-LIPÓICO) 600 HR – Apresentação com 30 Comprimidos revestidos de 600 mg.	COMPRIMIDO	600	5,18	3.108,00
10	ALBENDAZOL 40 MG/ML– Apresentado na forma de suspensão oral 10 ml.	FRASCO	200	0,96	192,00
11	ALBENDAZOL 400 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500	0,38	190,00
12	ALENDRONATO DE SÓDIO 10 MG – Apresentação	COMPRIMIDO	150	1,07	160,50



	na forma 10 MG				
13	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG – Apresentado na forma comprimidos de 70 MG	COMPRIMIDO	400	0,27	108,00
14	ALOPURINOL 100 MG – Apresentação na forma de Comprimido 100 mg.	COMPRIMIDO	300	0,14	42,00
15	AMIODARONA 200 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000	0,50	500,00
16	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500+125 MG.	COMPRIMIDO	300	0,98	294,00
17	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50+12,5 MG/ML Apresentado na forma de suspensão oral em embalagens com frascos de 70 mL ou 140 mL	FRASCO	30	10,40	312,00
18	AMOXICILINA 250MG/5ML – Apresentado na forma de Suspensão oral– frasco de 60 ml acompanhado de 1 copo dosador.	FRASCO	300	3,50	1.050,00
19	AMOXICILINA 500 MG – Apresentação na forma de Comprimido ou cápsula	UNIDADE	8000	0,19	1.520,00
20	AMPICILINA 500 MG – Apresentação na forma de cápsula de 500 MG	CÁPSULA	300	0,45	135,00
21	AMPICILINA SUSPENSÃO 250MG/5ML – Apresentado na forma de Pó para suspensão. Embalagens com um frasco contendo 60mL ou 150mL (após reconstituição) + copo dosador.	FRASCO	30	4,16	124,80
22	ATENOLOL 100 MG – Apresentação na forma de Comprimido ou cápsula	COMPRIMIDO	1200	0,09	108,00
23	ATENOLOL 25 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000	0,09	810,00
24	ATENOLOL 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000	0,08	720,00
25	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG – Apresentação na forma de Comprimido	UNIDADE	150	0,30	45,00
26	ATORVASTATINA CÁLCICA 20 MG – Apresentação na forma de Comprimido	UNIDADE	150	0,36	54,00
27	ATORVASTATINA CÁLCICA 40 MG – Apresentação na forma de Comprimido	UNIDADE	150	0,70	105,00
28	AZATIOPRINA 50 MG	COMPRIMIDO	600	0,80	480,00
29	AZITROMICINA 500 MG – Apresentação na forma de Comprimido 500 mg	COMPRIMIDO	5000	1,31	6.550,00
30	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 200 mg/5ml –	FRASCO	300	7,00	2.100,00

	Apresentado na forma de Pó para suspensão de 200 mg/5 mL em embalagem com: – 1 frasco de 600 mg contendo pó para preparar 15 mL de suspensão após reconstituição + frasco diluente de 9,2 mL + seringa dosadora.				
31	BENFOTIAMINA 150 MG– Apresentação em caixa c/ 30 ou 60 comprimidos.	CAIXA	50	2,17	108,50
32	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG –Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000	0,08	720,00
33	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	9000	0,04	360,00
34	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG – Apresentação na forma de Comprimidos revestidos de 75 mg:	COMPRIMIDO	300	0,40	120,00
35	BROMETO DE TIOTRÓPIO MONOIDRATADO – Apresentação na forma de Solução nasal	FRASCO	10	275,58	2.755,80
36	BROMOPRIDA 4 MG/ML – Apresentado na forma de Solução gotas pediátricas 4 mg/mL. Embalagem contendo 1 frasco com 20 mL.	FRASCO	200	1,35	270,00
37	BUDESONIDA 32 MCG USO NASAL – Apresentado na forma de Suspensão spray de 32 mcg/acionamento em embalagens com um frasco contendo 120 acionamentos	FRASCO	100	10,00	1.000,00
38	BUDESONIDA 50 MCG SUSP.USO NASAL – Apresentado na forma de Suspensão spray de 50 mcg/acionamento em embalagens com um frasco contendo 120 acionamentos	FRASCO	100	22,06	2.206,00
39	BUDESONIDA 64MCG AEROSSOL Apresentado na forma de fraco aerossol	FRASCO	20	17,30	346,00
40	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10 MG+250 MG – Apresentação na forma de Comprimido revestidos ou drágeas.	COMPRIMIDO	500	0,47	235,00
41	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA GOTAS frasco com 20 ml – Solução oral (gotas) contém 6,67 mg de butilbrometo de escopolamina e 333,4 mg de dipirona sódica.	FRASCO	200	6,92	1.384,00
42	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG – Apresentação na forma de Comprimido ou drágeas de 10 mg	COMPRIMIDO	300	0,59	177,00
43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG/ML – Solução oral (gotas) de 10mg/ml: frasco com 20 ml.	FRASCO	20	6,50	130,00
44	CAPTOPRIL 25 MG– Apresentado na forma de	COMPRIMIDO	10000	0,05	500,00

	comprimido.				
45	CARBIDOPA 25 MG + LEVODOPA 250 MG –COMPRIMIDO Apresentação contendo 30 ou 50 comprimidos.		300	0,85	255,00
46	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VIT. COMPRIMIDO D3) 1500+ 400UI – Apresentação contendo 30 comprimidos		300	0,09	27,00
47	CARVEDILOL 12,5 MG– Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido.		6000	0,13	780,00
48	CARVEDILOL 25 MG– Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido.		6000	0,19	1.140,00
49	CARVEDILOL 3,125 MG– Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido.		6000	0,11	660,00
50	CARVEDILOL 6,25 MG– Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido.		3000	0,12	360,00
51	CEFALEXINA 250/5 MG/ML – Apresentado na formaCOMPRIMIDO de comprimido/ cápsula.		400	7,13	2.852,00
52	CEFALEXINA 500 MG – Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido/ cápsula.		10000	0,40	4.000,00
53	CETOCONAZOL 200 MG – Apresentação na formaCOMPRIMIDO de comprimido de 200 mg		300	0,26	78,00
54	CETOCONAZOL CREME 20 MG – creme TUBO dermatológico, embalagem com bisnaga de 30g.		200	4,10	820,00
55	CETOCONAZOL SHAMPOO 20 MG/G –Apresentação FRASCO de 20 mg/g: embalagem com 100 mL.		20	5,37	107,40
56	CIANOCOBALAMINA +CLORIDRATO DE UNIDADE PIRIDOXINA+NITRATO DE TIAMINA 5.000 MCG/100 MG/100 MG – Apresentação na forma de comprimidos revestidos – Embalagens com 20 drágeas contendo Vitamina B1 (nitrato de tiamina) de 100 mg + Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 100 mg + Vitamina B12 (cianocobalamina) 5.000 mcg.		500	2,15	1.075,00
57	CIANOCOBALAMINA/CLORIDRATO DE PIRIDOXINA/ NITRATO DE TIAMINA/DICLOFENACO SÓDICO CAIXA 1000MCG/50 MG/50 MG/50 MG – Apresentado na forma de comprimidos revestidos. Caixa contendo 20 comprimidos		100	20,40	2.040,00
58	CILOSTAZOL 50 MG– Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido.		300	0,30	90,00
59	CIMETIDINA 200 MG – Apresentado na forma deCOMPRIMIDO comprimido de 200 mg		500	0,30	150,00



60	CINARIZINA 25 MG – Apresentada na forma de comprimido de 25 mg	COMPRIMIDO	2000	0,24	480,00
61	CINARIZINA 75 MG – Apresentado na forma de comprimido de 75 mg	COMPRIMIDO	2000	0,30	600,00
62	CIPROFLOXACINO 500 MG – Apresentação na forma de comprimido ou cápsula de 500 mg.	COMPRIMIDO	5000	0,26	1.300,00
63	CLARITROMICINA 50 MG/ML SOL. ORAL – Apresentado na forma de grânulos para suspensão oral 250 mg/5mL: frasco contendo 3,0g de claritromicina na forma de grânulos e frasco com 31 ml de diluente para 60 ml de suspensão, e seringa dosadora para administração oral	FRASCO	10	46,41	464,10
64	CLARITROMICINA 500 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 500 mg.	COMPRIMIDO	300	3,06	918,00
65	CLONIXINATO DE LISINA CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 125 MG + 5 MG – Apresentação na forma de caixa contendo 30 comprimidos	CAIXA	50	1,10	55,00
66	CLOPIDOGREL 75 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	300	0,40	120,00
67	CLORANFENICOL 250 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 250 mg.	COMPRIMIDO	300	1,56	468,00
68	CLORETO DE MAGNÉSIO 500 MG – Apresentado na forma Cápsula de 500 mg.	CÁPSULA	300	0,51	153,00
69	CLORETO DE POTÁSSIO 10%– Apresentado na forma de Solução. Injetável (10ML)	AMPOLA	200	0,33	66,00
70	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL ADULTO – Apresentação na forma de frasco com 30 MI	FRASCO	50	0,90	45,00
71	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100 MG .	COMPRIMIDO	600	0,48	288,00
72	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/100ML – Apresentado na forma de Xarope, frasco contendo 100 ml ou 120 ml	FRASCO	300	1,88	564,00
73	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/100ML – Apresentado na forma de Xarope, frasco contendo 100 ml ou 120 ml	FRASCO	300	2,05	615,00
74	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10 MG – Apresentação na forma de comprimidos revestidos.	COMPRIMIDO	300	0,20	60,00
75	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%– Apresentado na forma de geléia (30G)	TUBO	200	2,60	520,00
76	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%– Apresentado na forma de solução injetável (S/V 20MG)	AMPOLA	200	2,60	520,00

77	CLORIDRATO DE LOPERAMIDA 2 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 100 mg.	UNIDADE	200	0,14	28,00
78	CLORIDRATO DE METFORMINA 500mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000	0,10	1.000,00
79	CLORIDRATO DE METFORMINA 850mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000	0,10	1.000,00
80	CLORIDRATO DE METILDOPA 250 MG – Apresentado na forma de comprimido de 250 mg	COMPRIMIDO	6000	0,44	2.640,00
81	CLORIDRATO DE METILDOPA 500 MG – Apresentado na forma de comprimido de 500 mg	COMPRIMIDO	6000	0,88	5.280,00
82	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	150	0,14	21,00
83	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML. Apresentado na forma de sol. Oral.(10ML	FRASCO	50	1,03	51,50
84	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5mg/ml. Apresentado na forma de sol. Injetável (2ML)	AMPOLA	100	0,54	54,00
85	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG – Apresentado na forma de Comprimido de desintegração oral 4 mg.	COMPRIMIDO	200	1,54	308,00
86	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8 MG – Apresentado na forma de Comprimido de desintegração oral 8 mg.	COMPRIMIDO	200	2,50	500,00
87	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000	0,50	3.000,00
88	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML – Apresentado na forma de solução injetável. (2ML)	AMPOLA	1000	0,16	160,00
89	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	7000	0,05	350,00
90	CLORIDRATO DE RANITIDINA 15/ML XAROPE – Apresentação na forma de Xarope 15 mg/mL– Embalagem contendo 1 frasco com 120 mL + copo dosador.	FRASCO	20	11,45	229,00
91	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500	0,24	120,00
92	CLORIDRATO DE RANITIDINA 25MG/ML– Apresentado na forma de Sol. Injetável.	AMPOLA	50	1,78	89,00
93	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 10 MG/G (1%) POMADA OFTÁLMICA – Apresentação na forma de pomada oftálmica 10mg/g – Embalagem contendo uma bisnaga de 3,5 g	UNIDADE	10	7,46	74,60

94	CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 300 mg	COMPRIMIDO	1000	0,31	310,00
95	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120 MG – Apresentação na forma de Comprimidos revestidos de 120 mg– Embalagens com 30 comprimidos revestidos.	COMPRIMIDO	400	0,98	392,00
96	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG – Apresentação na forma de Comprimidos revestidos de 80 mg– Embalagens com 30 comprimidos revestidos	COMPRIMIDO	300	0,19	57,00
97	COLAGENASE 0,6UI/G – Apresentado na forma de pomada (30G)	BISNAGA	100	13,50	1.350,00
98	COLECALCIFEROL SOLUÇÃO GOTAS 3.300 UI/ML – Apresentado na forma de solução– gotas – Embalagens contendo 1 frasco com 10mL.	FRASCO	50	14,52	726,00
99	COLÍRIO LUBRIFICANTE	FRASCO	50	24,01	1.200,50
100	COMPLEXO MINERAL + ASSOCIAÇÕES – Complexo de Minerais apresentado na forma de drágeas, cápsulas ou comprimidos. Contendo as seguintes formulações: Fosfato Tricálcico, Magnésio Aminoácido Quelato, Vitamina C, Vitamina E, Vitamina B3, Vitamina B5, Zinco Aminoácido Quelato, Manganês Aminoácido Quelato, Vitamina B6, Vitamina B2, Vitamina B1, Cobre Aminoácido Quelato, Selênio Aminoácido Quelato, Vitamina D, lubrificante, Celulose Microcristalina, veículo Lactose, Pvp K30, lubrificante Talco, Estearato de Magnésio, estabilizante Dióxido de Silício Coloidal polímero de revestimentoOpadry, Dióxido de Titânio e Corante Laka de alumínio. Caixa com 30 comprimidos	CAIXA	20	39,63	792,60
101	COMPLEXO MINERAL + ASSOCIAÇÕES – Complexo de Minerais apresentado na forma de sachê, contendo as seguintes formulações: Fosfato Tricálcico, Magnésio Aminoácido Quelato, Vitamina C, Vitamina E, Vitamina B3, Vitamina B5, Zinco Aminoácido Quelato, Manganês Aminoácido Quelato, Vitamina B6, Vitamina B2, Vitamina B1, Cobre Aminoácido Quelato, Selênio Aminoácido Quelato, Vitamina D, lubrificante Celulose Microcristalina, veículo Lactose, Pvp K30, lubrificante Talco, Estearato de Magnésio, estabilizante Dióxido de Silício Coloidal polímero derevestimentoOpadry, Dióxido de Titânio e Corante Laka de alumínio. Caixa com 30 sachê	CAIXA	10	97,51	975,10
102	CUMARINA+ TROXERRUTINA 15 MG+ 90 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de	COMPRIMIDO	300	1,41	423,00



	liberação prolongada de 15 mg (cumarina) + 90 mg (troxerrutina). Embalagem com 10, 30 ou 60 unidades				
103	DEXAMETASONA 4 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000	0,39	780,00
104	DEXAMETASONA CREME 1 MG/G – Apresentado na forma de creme. 10 g	TUBO	1500	1,14	1.710,00
105	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 G/ ML– Apresentado na forma de elixir 120 ml.	FRASCO	300	1,72	516,00
106	DICLOFENACO POTÁSSIO 50 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 50 mg	COMPRIMIDO	1000	0,08	80,00
107	DICLOFENACO SÓDICO INJETÁVEL 25 MG/ ML. Apresentado na forma de ampola.(3ML)	AMPOLA	1000	0,77	770,00
108	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 16 mg– Embalagens com 30 ou 60 comprimidos	COMPRIMIDO	600	0,39	234,00
109	DIGOXINA 0,25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000	0,10	200,00
110	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 +10 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 50 mg (dimenidrinato) + 10 mg (cloridrato de piridoxina). Embalagem com 4 ou 30 unidades.	CAIXA	20	1,65	33,00
111	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA SOL ORAL FR 20ML – Apresentado na forma de Solução oral (gotas) de 25 mg/ml (dimenidrinato) + 5 mg (cloridrato de piridoxina). Frasco com autogotejador de 20 ml ou 30 ml.	FRASCO	30	5,19	155,70
112	DIMETICONA 75MG/ML– Apresentado na forma de Suspensão oral gotas (10ML)	FRASCO	500	1,20	600,00
113	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5 MG SUBLINGUAL – Apresentado na forma de Comprimido de uso sublingual de 5 mg.	COMPRIMIDO	300	0,31	93,00
114	DIOSMINA+ HESPERIDINA 900 MG/ 100 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos– Embalagem com 10, 30 ou 60 comprimidos.	COMPRIMIDO	1000	1,38	1.380,00
115	DIPIRONA SÓDICA 500 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	16000	0,15	2.400,00
116	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML – Apresentado na forma de solução injetável. (2ML)	AMPOLA	7000	2,27	15.890,00
117	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML– apresentado na forma de sol. oral gotas 10 ml.	FRASCO	1000	0,90	900,00

118	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 100 MCG/DOSE FUMARATO DE FORMETEROL 6 MCG/DOSE – Solução Aerossol– uso inalatório	UNIDADE	30	133,20	3.996,00
119	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE CÁPSULA PARA INALAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de Solução pressurizada para inalação (aerossol).	UNIDADE	10	34,12	341,20
120	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200 MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL – Apresentado na forma de Suspensão para nebulização. Embalagens com 10 flaconetes contendo 2mL cada.	UNIDADE	10	36,10	361,00
121	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de solução pressurizada para inalação (aerossol) dosimetrada contendo 200 doses, acompanhada de dispositivo bucal para inalação oral. Cada dose contém 250 mcg de dipropionato de beclometasona.	UNIDADE	20	34,64	692,80
122	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de aerossol dosimetrado contendo 200 doses (jatos), acompanhado de bucal (dispositivo para inalação oral em forma de L).	UNIDADE	20	25,50	510,00
123	ESPIRONOLACTONA 100 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500	0,64	320,00
124	ESPIRONOLACTONA 25 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	5000	0,16	800,00
125	ESPIRONOLACTONA 50 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000	0,37	740,00
126	ESTOLATO DE ERITROMICINA 500 MG – Apresentado na forma de comprimidos de 500 mg	COMPRIMIDO	150	2,20	330,00
127	ESTOLATO DE ERITROMICINA SUSPENSÃO ORAL – Apresentado na forma de Suspensão oral na concentração de 125 mg/5 ml em frasco de 100 ml + copo–medida de 10 ml.	FRASCO	30	9,09	272,70
128	ESTRIOL 1MG/G – CREME VAGINAL – Apresentado na forma de Creme vaginal 1 mg/g: embalagem contendo bisnaga de 50 g + 10 aplicadores.	BISNAGA	250	10,90	2.725,00
129	ETINILESTRADIOL+LEVONORGESTREL 0,03MG+0,15 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido – (0,15 mg + 0,03 mg) – Embalagem contendo 1 blister com 21 comprimidos	BLISTER	3000	0,10	300,00
130	FILTRUM®ULTRA SECO–PROTETOR SOLAR –	FRASCO	50	31,48	1.574,00

	Apresentado na forma de protetor solar FPS 30 ultra seco, proteção solar uva/uvb. embalagem secundária: cartucho de cartolina				
131	FLUCONAZOL 150MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000	0,45	900,00
132	FOSFATO DE SITAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA – Apresentação na forma de comprimidos 50/500 MG – Apresentação na forma de comprimidos 50/1.000 MG Apresentação na forma de comprimidos 100/1.000 MG. Caixa com 56 comprimades.	CAIXA	30	146,46	4.393,80
133	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 1 MG/ML SOL.ORAL Apresentado na forma de Solução oral de 1 mg/mL, frasco com 100 mL + seringa dosadora.	UNIDADE	80	6,84	547,20
134	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL – Apresentado na forma de Solução oral de 3mg/mL, frasco com 60 mL + seringa dosadora.	UNIDADE	350	4,23	1.480,50
135	FUROSEMIDA 40 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000	0,07	700,00
136	GLIBENCLAMIDA 5 MG – Apresentado na forma de comprimidos de 5 mg	COMPRIMIDO	10000	0,04	400,00
137	GLICLAZIDA 30 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de liberação prolongada, contendo 30 mg de gliclazida	COMPRIMIDO	500	0,19	95,00
138	GLICLAZIDA 60 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de liberação prolongada, contendo 60 mg de gliclazida	COMPRIMIDO	500	0,33	165,00
139	GUACO AD. (MIKANIA GLOMERATA) XAROPE 117,6 MGML – Apresentado na forma de xarope– Embalagem com 120 ml	FRASCO	100	2,35	235,00
140	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	14000	0,03	420,00
141	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500	0,06	30,00
142	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ ML – Apresentado na forma de suspensão oral, cadafrasco contendo 100 ml.	FRASCO	200	2,49	498,00
143	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG/ML– Apresentado na forma de suspensão oral 100ml	FRASCO	100	2,61	261,00
144	IBUPROFENO 300 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	500	0,16	80,00



145	IBUPROFENO 50 MG/ML– Apresentado na forma de solução oral. 20 ml (30ML)	FRASCO	600	1,50	900,00
146	IBUPROFENO 600 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000	0,19	2.850,00
147	IVERMECTINA 6 MG – Apresentado na forma de comprimido de 6 mg.	COMPRIMIDO	1500	0,76	1.140,00
148	Lactulose Xarope 667 mg/ ml. Apresentado na forma de (120ML)	FRASCO	20	7,43	148,60
149	LEITE INFANTRINI, 400 G	UNIDADE	50	99,53	4.976,50
150	LEITE PREGOMIN, 400 G – Fórmula extensamente hidrolisada (Pregomin) – Fórmula infantil para lactentes destinados as necessidades dietoterápicas específica com proteína extensamente hidrolisada e com restrição de lactose .	UNIDADE	12	129,37	1.552,44
151	LEITE FÓRMULA INFANTIL NESTOGENO 2 800g	LATA	30	40,65	1.219,50
152	LEITE APTAMIL – PRO EXPERT SL – 800 G	LATA	40	98,99	3.959,60
153	LEVETIRACETAM 250 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	600	0,93	558,00
154	LEVODOPA +BENSERAZIDA BD 100+25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 100 mg de Levodopa + 25mg de benserazida	COMPRIMIDO	2000	1,61	3.220,00
155	LEVODOPA +BENSERAZIDA DR 100+25 MG – Apresentado na forma de comprimidos de liberação modificada (liberação dupla) de 125 mg.	COMPRIMIDO	900	1,25	1.125,00
156	LEVODOPA +BENSERAZIDA HBS 100+25 MG – Apresentado na forma de cápsulas de liberação prolongada de 100 mg de Levodopa + 25mg de benserazida	CÁPSULA	900	1,49	1.341,00
157	LEVODOPA +BENSERAZIDA 100+25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos dispersíveis de 100 mg de Levodopa + 25mg de benserazida	COMPRIMIDO	2000	1,43	2.860,00
158	LEVODOPA +BENSERAZINA 200+50 MG – Apresentado na forma de comprimidos.	COMPRIMIDO	2000	1,82	3.640,00
159	LEVODOPA +BENSERAZINA BD 200+50 MG – Apresentado na forma de Comprimidos de 200 mg de Levodopa + 50mg de benserazida	COMPRIMIDO	2000	0,83	1.660,00
160	LEVODOPA +BENSERAZINA DR 200+50 MG – Apresentado na forma de comprimidos de liberação modificada (liberação dupla) de 200 mg de Levodopa + 50mg de benserazida	COMPRIMIDO	3000	1,25	3.750,00
161	LEVODOPA +BENSERAZINA HBS 200+50 MG – Apresentado na forma de cápsulas de liberação	CÁPSULA	2000	1,49	2.980,00

	prolongada de 200 mg de Levodopa + 50mg de benserazida– Embalagem com 30 cápsulas.				
162	LEVONORGESTREL + ETILNILESTRADIOL 0,15 MG + 0,03 MG–Apresentação na forma de comprimidos Comprimido 0,15 mg + 0,03 mg	UNIDADE	3000	0,10	300,00
163	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000	0,13	130,00
164	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG – Apresentado na forma de Comprimidos contendo 25 mcg de levotiroxina sódica	COMPRIMIDO	500	0,27	135,00
165	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000	0,13	130,00
166	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	2000	0,13	260,00
167	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG – Apresentado na forma de Comprimidos contendo 88 mcg de levotiroxina sódica	COMPRIMIDO	2000	0,28	560,00
168	LORATADINA 10mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	3000	0,12	360,00
169	LORATADINA 1MG/ML– Apresentado na forma de Solução oral. 100 ml	FRASCO	50	2,50	125,00
170	LOSARTANA DE POTASSICA 100 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos contendo 100 mg de losartana + 25 mg de hidroclorotiazida.	COMPRIMIDO	600	0,84	504,00
171	LOSARTANA DE POTASSICA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos contendo 50 mg de losartana + 12,5 mg de hidroclorotiazida.	COMPRIMIDO	5000	0,20	1.000,00
172	LOSARTANA POTASSICA 50 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	20000	0,09	1.800,00
173	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA XAROPE 2 0,4 MG/ML + 0,05 MG/ML – Apresentado na forma xarope– Embalagem contendo 1 frasco de 100 mL ou 120 mL + copo medida	FRASCO	20	5,23	104,60
174	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML– Apresentado na forma frasco de 100 ml. (4MG)	FRASCO	800	1,40	1.120,00
175	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 mg– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	600	2,56	1.536,00
176	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000	0,04	600,00

177	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000	0,05	750,00
178	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG – Apresentado na forma de comprimidos de 5 mg.	COMPRIMIDO	1000	0,07	70,00
179	MEBENDAZOL 100 MG – Apresentado na forma de comprimido de 100 mg–	COMPRIMIDO	600	0,30	180,00
180	MEBENDAZOL 20 MG/ML – Apresentado na forma de Suspensão oral de 20 mg/mL– frasco com 30 mL + copo–medida.	FRASCO	50	1,69	84,50
181	MELOXICAM 7,5 MG – Apresentado na forma de comprimido de 7,5 mg–Embalagem com 10 comprimidos.	COMPRIMIDO	1000	1,15	1.150,00
182	MESALAZINA 500 mg	SUPOSITÓRI	300	3,52	1.056,00
183	MESALAZINA 800 mg	COMPRIMIDO	500	1,09	545,00
184	METOTREXATO 2,5 MG – Apresentado na forma de comprimido de 2,5 mg	COMPRIMIDO	600	1,43	858,00
185	METRONIDAZOL 100MG/G. Apresentado na forma de gel vaginal c/10 aplicadores	TUBO	600	5,10	3.060,00
186	METRONIDAZOL 250MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	10000	0,15	1.500,00
187	METRONIDAZOL 400 MG – Apresentado na forma de comprimido de 400 mg	COMPRIMIDO	2000	0,38	760,00
188	METRONIDAZOL 500 MG – Apresentado na forma de comprimido de 500 mg	COMPRIMIDO	2000	3,77	7.540,00
189	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	200	0,24	48,00
190	MUPIROCINA 20MG/G. Apresentado na forma de creme (15G)	BISNAGA	20	16,50	330,00
191	NAPROXENO+ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO TRI–HIDRATADO 500 MG/20 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 500 mg de naproxeno e 20 mg de esomeprazol magnésico trihidratado em embalagens com 20 comprimidos acompanhados de dois sachês com dessecante (sílica gel).	CAIXA	20	34,51	690,20
192	NIFEDIPINO 10 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	12000	0,20	2.400,00
193	NIFEDIPINO 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000	0,18	2.700,00
194	NIMESULIDA 100 MG – Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	600	0,09	54,00



	comprimido de 100 mg				
195	NIMESULIDA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR 15ML – Apresentado na forma de Suspensão oral de 50 mg/mL: frasco contendo 15 mL.	FRASCO	20	1,73	34,60
196	NIMESULIDA–BETACICLODEXTRINA 400 MG – Apresentado na forma de comprimido contendo 400 mg de nimesulida– betaciclodextrina (correspondente a 100 mg de nimesulida	COMPRIMIDO	200	2,48	496,00
197	NISTATINA 100.000UI/M– Apresentado na forma de suspensão oral. (50ML)	FRASCO	100	4,17	417,00
198	NISTATINA 25.000UI/g – Apresentado na forma de Creme Vaginal (60G)	COMPRIMIDO	500	3,93	1.965,00
199	NITRATO DE MICONAZOL 2% – CREME VAGINAL – Apresentado na forma de Creme vaginal de 20mg/g: Embalagem contendo 1 bisnaga de 80g, acompanhada de 14 aplicadores.	UNIDADE	500	6,46	3.230,00
200	NITRATO DE MICONAZOL 2% – GEL ORAL – Apresentado na forma de Gel oral de 20 mg/g de miconazol em bisnaga com 40 g.	UNIDADE	50	11,57	578,50
201	NITRATO DE MICONAZOL 2% CREME DERMATOLÓGICO – Apresentado na forma de creme dermatológico de 20mg/g – Cartucho contendo 01 bisnaga de 28g	UNIDADE	100	2,37	237,00
202	NITROFURANTOÍNA 100 MG – Apresentado na forma de cápsulas de 100 mg.	CÁPSULA	300	0,47	141,00
203	NORETISTERONA 0,35 MG – Apresentado na forma de comprimido 0,35 mg – Caixa com 35 comprimidos.	COMPRIMIDO	300	0,19	57,00
204	NORFLOXACINO 400 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000	0,49	490,00
205	ÓLEO MINERAL– APRESENTADO NA FORMA DE ÓLEO. 100 ML	FRASCO	50	2,30	115,00
206	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BEZILATO DE ANLODIPINO 20MG/5MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 20mg/5mg.	COMPRIMIDO	300	0,93	279,00
207	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BEZILATO DE ANLODIPINO 40MG/10MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 40mg/10mg.	COMPRIMIDO	300	1,53	459,00
208	OLMESARTANA MEDOXOMILA + BEZILATO DE ANLODIPINO, 40MG/5MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 40mg/5mg.	COMPRIMIDO	300	1,92	576,00
209	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG –	COMPRIMIDO	300	0,92	276,00

	Apresentado na forma de comprimidos revestidos de 20 mg.				
210	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG – Apresentado na forma de comprimidos revestidos de 40 mg	COMPRIMIDO	300	1,02	306,00
211	ÔMEGA 3 Óleo de Peixe Apresentado na forma de cápsulas gelatinosas –Embalagem com 30, 60 ou 90 cápsulas	CAIXA	10	22,17	221,70
212	OMEPRAZOL 20 MG – Apresentado na forma de cápsula.	COMPRIMIDO	22000	0,10	2.200,00
213	OMEPRAZOL 40 MG – Apresentado na forma de cápsula.	COMPRIMIDO	600	0,39	234,00
214	PANTOPRAZOL SÓDICO 20 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 20 mg.	COMPRIMIDO	600	0,70	420,00
215	PANTOPRAZOL SÓDICO 40 MG – Apresentado na forma de Comprimido revestido de 40 mg.	CAIXA	20	0,40	8,00
216	PARACETAM 750MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	1000	0,16	160,00
217	PARACETAMOL 500MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	8000	0,10	800,00
218	PARACETAMOL SOL. ORAL GTS 200 MG/ML – Apresentado na forma de Solução oral em frasco com 15 mL, contendo 200 mg/mL de paracetamol	FRASCO	500	1,03	515,00
219	PERICIAZINA 4% FRASCO COM 20 ML– Apresentado na forma de Solução oral 4%,frasco com 20 mL. Uso adulto	FRASCO	30	15,33	459,90
220	PERICIAZINA1% FRASCO COM 20 ML – Apresentado na forma de Solução oral 1%: frasco com 20 mL. Uso pediátrico.	FRASCO	30	8,09	242,70
221	PIVALATO DE FLUOCORTOLONA1 MG/G DE + 20 MG/G DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA) CREME DE USO RETAL – Apresentado na forma de Cartucho contendo 1 bisnaga de alumínio com 30 g de creme retal mais cânula.	BISNAGA	10	2,60	26,00
222	PREDNISONA 20 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000	0,19	1.140,00
223	PREDNISONA 5 MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	6000	0,10	600,00
224	RAMIPRIL 10 MG – Apresentado na forma de comprimido revestido de 10 mg –	COMPRIMIDO	3000	1,45	4.350,00
225	RAMIPRIL 2,5 MG – Apresentado na forma de comprimido revestido de 2,5 mg – – Caixa contendo	COMPRIMIDO	600	1,23	738,00

	30 comprimidos.				
226	RAMIPRIL 5 MG – Apresentado na forma de comprimido revestido de 5 mg.	COMPRIMIDO	3000	2,56	7.680,00
227	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL – Apresentado na forma de Pó Composto por: Cloreto de Sódio 3,5g+Glicose 20g + Citrato de Sódio 2,9g + Cloreto de Potássio 1,5g, para 1.000ml de sol. pronta.	SACHÊ	800	0,73	584,00
228	SALICILATO DE METILA + CÂNFORA + MENTOL + TEREBINTINA (0,0333mL/mL + 0,0333g/mL + 0,0083g/mL + 0,0833mL/mL) SOLUÇÃO SPRAY – Apresentado na forma de solução aerossol: Frasco contendo 60mL.	FRASCO	50	10,00	500,00
229	SECNIDAZOL 1000 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 1000 mg	COMPRIMIDO	750	0,98	735,00
230	SINVASTATINA 10 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos–	COMPRIMIDO	9000	0,07	630,00
231	SINVASTATINA 20MG– Apresentado na forma de comprimido	COMPRIMIDO	13000	0,08	1.040,00
232	SINVASTATINA 40MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	13000	0,18	2.340,00
233	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de liberação controlada	COMPRIMIDO	1000	0,45	450,00
234	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de liberação controlada	COMPRIMIDO	1000	0,32	320,00
235	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG – Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de liberação controlada	COMPRIMIDO	1000	0,70	700,00
236	SULFADIAZINA DE PRATA 1% Apresentado na forma de creme. (30G)	BISNAGA	100	5,39	539,00
237	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA – 800+ 160 MG/ – Apresentado na forma de Comprimidos de 800 mg + 160 mg	COMPRIMIDO	1000	0,21	210,00
238	SULFAMETOXAZOL +TRIMET. SUP. ORAL 40/8MG/ML – Apresentado na forma de suspensão oral de sulfametoxazol + trimetoprima suspensão (5mL) de 200 mg + 40 mg – embalagem de 100mL.	COMPRIMIDO	300	4,94	1.482,00
239	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG– Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	5000	0,18	900,00
240	SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/ML COLÍRIO –	UNIDADE	20	10,87	217,40



	Apresentado na forma de Solução Oftálmica Estétil Frasco plástico conta-gotas contendo 5 ml de solução oftálmica estétil de sulfato de gentamicina (5 mg/ml).				
241	SULFATO DE NEOMICINA 5MG + BACITRACINA ZÍNCICA 250 UI- Apresentado na forma de pomada 15 g.	BISNAGA	4500	2,49	11.205,00
242	SULFATO DE SALBUTAMOL 100 MCG AEROSOL ORAL – Apresentado na forma de spray aerossol, contendo 100 mcg de salbutamol.	FRASCO	150	10,81	1.621,50
243	SULFATO DE SALBUTAMOL XAROPE 0,4 MG/ML – Apresentado na forma de Xarope de 0,4mg/mL– Embalagem contendo 1 frasco com 120mL + copo dosador.	FRASCO	50	1,53	76,50
244	SULFATO DE ZINCO HEPTAHIDRATADO – Apresentado na forma de Solução de 17,60 mg/ml.	FRASCO	30	20,56	616,80
245	SULFATO FERROSO 25MG/ML– Apresentado na forma de Sol. Oral Gotas. (30ML)	FRASCO	200	0,88	176,00
246	SULFATO FERROSO 25MG/ML XAROPE – Apresentado na forma de Xarope (25 mg/mL)– Embalagem contendo 1 frasco com 100 mL..	FRASCO	100	8,25	825,00
247	SULFATO FERROSO 40MG–Apresentado na forma de comprimido.	COMPRIMIDO	15000	0,05	750,00
248	SUPLEMENTO VITAMINICO MINERAL – Caixa contendo 60 comprimidos	CAIXA	20	23,69	473,80
249	TAMOXIFENO 20 MG–Apresentado na forma de Comprimidos revestidos de 20 mg.	UNIDADE	600	0,89	534,00
250	TECLOZANA 500 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 500 mg	CAIXA	20	5,76	115,20
251	TIAMAZOL10 MG – Apresentado na forma de Comprimido de 10 mg	COMPRIMIDO	600	0,44	264,00
252	TROMETAMOL CETOROLACO 10 MG – Apresentado na forma de Comprimido sublingual de 10 mg	COMPRIMIDO	600	1,69	1.014,00
253	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/1000 MG	COMPRIMIDO	3000	2,68	8.040,00
254	VITAMINAS DO COMPLEXO B COMPRIMIDO – Apresentado na forma de comprimido contendo: Cianocobalamina 1,5mcg + pantotenato de cálcio 1,5mg + fosfato sódico de riboflavina 1mg + cloridrato de tiamina 3mg + nicotinamida 2,5mg + cloridrato de piridoxina 1 mg.	COMPRIMIDO	2000	0,18	360,00
				<b>Total</b>	<b>259.443,34</b>

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Pela necessidade da devida efetivação de aquisições ou serviços para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas por esta Secretaria demandante.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E/OU SERVIÇOS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de bens, com fulcro no **§ 3º, Artigo 1º, do Decreto 10.024, de 20 de setembro 2019**, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado, conforme segue

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...] omissis

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

3.2. Cada “unidade” mencionada no subitem 1.2 do termo de referência, corresponderá a um “serviço e/ou item” descrito no respectivo termo.

## 4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) é de **IMEDIATO**, em conformidade com este Termo de Referência e Emissão da **ORDEM DE COMPRA**, o local de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) será no Município de Camalaú – PB, no endereço indicado pela Secretaria Municipal Demandante;

4.1.1. Será de responsabilidade da **EMPRESA**, a entrega do objeto no local determinado, com o uso de veículo “próprio” e suas respectivas despesas, tanto com combustível ou outras, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos aos serviços prestados;

4.2. O(s) produto(s) e/ou realização do(s) serviço(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 5 (CINCO) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 4.2.1. Os produtos fornecidos pela **EMPRESA** vencedora deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as características e determinações técnicas pertinentes;
- 4.2.2. Os produtos e entregas serão fiscalizados com rigor pela solicitante e caso não estejam em conformidade com o descrito, ou aos fins a que se destinam, serão recusados, ocorrendo a contratada em inexecução contratual;
- 4.2.3. As entregas deverão ser executadas dentro do prazo estipulado, considerando-se como atraso, o período posterior ao fixado, sem a sua correta e completa conclusão
- 4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.8. Os produto (s) e/ou serviço(s) deverá (ão) ser entregue(s) realizado(s) adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 4.9. Quando for o caso, os volumes contendo o produto deverão estar ainda, identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

### **5.1. São obrigações da Contratante:**

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e/ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.5.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



## **7.DA SUBCONTRATAÇÃO.**

7.1.Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

8.1.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9.DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.**

9.1.Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10.DO PAGAMENTO.**

10.1.O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2.Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00018438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00018438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.2.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.2.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.2.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.2.5.1. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que

13.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

13.1.2. não entregar a documentação exigida no edital;

13.1.3. apresentar documentação falsa;

13.1.4. causar o atraso na execução do objeto;

13.1.5. não manter a proposta;

13.1.5. falhar na execução do contrato;

13.1.6. fraudar a execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.8. declarar informações falsas; e

13.1.9. cometer fraude fiscal.

13.1.10. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.1. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93;

13.2.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.2.9. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município.

#### **14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

**14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 259.443,34 (duzentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).**

#### **15.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

Registro de preços prescinde de dotação orçamentária, conforme Art, 7º, § 2º do Decreto Nº 7.892/2013:

[...]

§ 2.º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil

#### **16.CONDIÇÕES GERAIS.**

16.1. Os materiais adquiridos objeto desta licitação deverá ser fornecidos; nos termos do Art. 73, inc. II, alíneas A e B, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, salvo os casos elencados no Art. 74 do mesmo diploma legal.

16.2. Prazo De Fornecimento: Durante A Vigência Do Contrato;

16.3. Prazo de Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias consecutivos.

16.4. A responsabilidade pelas cotações de preços / pesquisas de preços são da secretaria demandante.

Camalaú-PB, em 21 de fevereiro de 2022.

**SIMÃO BEZERRA DE FREITAS**  
Secretário Municipal de Finanças

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

SESSÃO PÚBLICA: ...../...../2021, às .....h.....min (.....) horas.  
LOCAL: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>Nome de fantasia:</b>					
<b>Razão social:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>Insc. Est.:</b>					
<b>Optante pelo simples? Sim ( ) não( )</b>					
<b>Endereço:</b>					
<b>Bairro:</b>			<b>Cidade:</b>		
<b>CEP:</b>			<b>E-mail:</b>		
<b>Telefone:</b>			<b>Fax:</b>		
<b>Contato da licitante:</b>			<b>Telefone:</b>		
<b>Banco da licitante:</b>			<b>Conta bancária da licitante:</b>		
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>					
<b>ITENS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
<b>1.</b>					
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>					

A empresa: ..... Declara que:

- Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.
- Que **NÃO POSSUI** como sócio, gerente e diretores, servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- Que o prazo de início dos serviços ou fornecimento será no Município de Camalaú – PB, de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, todos os equipamentos serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

...../UF, ..... de..... de 20.....



.....  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS.** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS  
NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS  
DA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB**  
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

....., Portador do RG ....., abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, ....., CNPJ....., declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

...../UF, ..... de..... de 20....

.....  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO  
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

....., Inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a) ....., portador(a) da carteira de identidade nº ..... E CPF nº ....., declara, para fins do disposto no inc. V do art. Nº 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )<sup>1</sup>.

...../UF, ..... de..... de 20.....

.....  
(REPRESENTANTE LEGAL)

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.  
(MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), para fins do disposto no edital de licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2022**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro, que:

A) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2022**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2022**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2022** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2022**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022** quanto a participar ou não da referida licitação;

D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

E) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Camalaú/PB, antes da abertura oficial das propostas; e

F) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la

...../UF, ..... de..... de 20.....

..... REPRESENTANTE LEGAL

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

**Observações:**

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

...../UF, ..... de..... de 20....

.....  
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
.....

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR  
(NO CASO DE ME E EPP)  
CPF: XXX.XXX.XXX-XX  
CRC: .....





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB**  
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o sr....., portador da carteira de identidade nº..... E do CPF nº ....., declara não ter recebido do Município de ...../UF ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

...../UF, ..... de..... de 20.....

.....  
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF) .....

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO. (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00013/2022**

A .....(razão social da empresa), CNPJ nº.....,  
localizada à ....., declara, em conformidade com a lei nº 10.520/02,  
que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório na **prefeitura  
municipal de CAMALAU /PB – Pregão Eletrônico nº 0006/2022.**

...../UF, ..... de ..... de 20.....

.....  
REPRESENTANTE LEGAL

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO IX - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2022**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2021**

Aos .. dias do mês de .. de ..., na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Camalaú, Estado da Paraíba, localizada na Rua Nominando Firmo - Centro - Camalaú - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 5.450, de 31 de Maio de 2005; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 0006/2022 que objetiva o **registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos básicos de forma parcelada a fim**, a fim de suprir as demandas do município de Camalaú-PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU - CNPJ nº 09.073.271/0001-41.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL						

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:**

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Camalaú firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 0006/2022, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Camalaú, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.



Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 0006/2022, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 0006/2022 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- ....

Item(s):

Valor: R\$

- ....

Item(s):

Valor: R\$

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Monteiro.

...

...

...

...

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ...../20....

**TERMO DE CONTRATO N.º ...../.....QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ E A EMPRESA....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ - PB**, com sede na Rua Nominando Firmo, 56, Estado da Paraíba, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.073.271/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Interino Ubirajara Antônio Pereira Mariano, Brasileiro, Solteiro, Músico, residente e domiciliado na Avenida São José, SN - Casa - Centro - Camalaú - PB, CPF nº 028.665.354-05, Carteira de Identidade nº 2470752 SSP/PB, doravante simplesmente **CONTRATANTE** e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 0006/2022 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos básicos**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

<b>EMPRESA:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>ENDEREÇO:</b>					
<b>REPRESENTANTE:</b>					
<b>E-MAIL:</b>					
<b>TEL.: ( )</b>					
ITENS/LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL:</b>					

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:  
Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.**

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00018438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00018438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

8.1. O prazo de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) é de **“IMEDIATO”** tão logo seja homologada, em conformidade com este Termo de Referência e Emissão da ORDEM DE COMPRA, o local de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) será no Município de Camalaú – PB, no endereço indicado pela Secretaria Municipal Demandante.

8.1.1. Será de responsabilidade da **EMPRESA**, a entrega do objeto no local determinado, com o uso de veículo próprio e suas respectivas despesas, tanto com combustível ou outras, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos aos serviços prestados;

8.2. O(s) produto(s) e/ou realização do(s) serviço(s) poderá (ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo **IMEDIATAMENTE**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. Os produtos fornecidos pela **EMPRESA** vencedora deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as características e determinações técnicas pertinentes;

8.2.2. Os produtos e entregas serão fiscalizados com rigor pela solicitante e caso não estejam em conformidade com o descrito, ou aos fins a que se destinam, serão recusados, ocorrendo a contratada em inexecução contratual;

8.2.3. As entregas deverão ser executadas dentro do prazo estipulado, considerando-se como atraso, o período posterior ao fixado, sem a sua correta e completa conclusão;

8.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.5. Os produto (s) e/ou serviço(s) serão recebidos provisoriamente por servidor(a) designado(a) pela **SECRETARIA SOLICITANTE**, após conferência da Nota fiscal com a proposta de preços e Termo de Referência, Anexo I, e conseqüentemente realizando a aceitação.

8.6. Os produto (s) e/ou serviço(s) poderão ser rejeitados quando em desacordo com o exigido neste Edital e seus anexos.

8.7. Ainda que seja recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da contratada pela validade do objeto.

8.8. A contratada deverá fazer a entrega e/ou realização do(s) produto (s) e/ou serviço(s) no endereço indicado na Autorização de Fornecimento/expedição da Ordem de Compras, de segunda a sexta feira no horário de funcionamento normal do órgão.

8.9. Os produto (s) e/ou serviço(s) deverá (ão) ser entregue(s) realizado(s) adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

8.10. Quando for o caso, os volumes contendo o produto deverão estar ainda, identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.

## **9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

### **10.1. São obrigações da Contratante:**

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **10.2. Obrigações da Contratada.**

10.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que:
- 11.2. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 11.3. Não entregar a documentação exigida no edital;
- 11.4. Apresentar documentação falsa;
- 11.5. Causar o atraso na execução do objeto;
- 11.6. Não manter a proposta;
- 11.7. Falhar na execução do contrato;
- 11.8. Fraudar a execução do contrato;
- 11.9. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.10. Declarar informações falsas; e
- 11.11. Cometer fraude fiscal.
- 11.12. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 11.13. ADVERTÊNCIA, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.13.1O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93;
- 11.13.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.13.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.14. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.15. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Camalaú - PB, pelo prazo de até cinco anos;
- 11.15.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 11.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.17. As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.5, 11.6 e 11.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.18. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n° 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 11.18.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.19. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.19.1. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.20. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n° 9.784, de 1999.

11.21. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.21.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.23. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.24. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.27. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.**

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.**

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.**

14.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.**

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Monteiro - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

...../UF, ..... de..... de 20.....

.....  
Responsável legal da CONTRATANTE

.....  
Responsável legal da CONTRATADA